

**O ESTADO  
E AS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS  
NO TEMPO  
PRESENTE**

ESTADO NEOLIBERAL  
E RETROCESSOS  
DEMOCRÁTICOS

**VOLUME 1**

*Comitê de avaliação desta coletânea:*

Armando Quilici Neto – Doutor em Educação e Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia  
Daniela de Melo Crosara – Doutora em Educação e Professora efetiva da Universidade Federal de Uberlândia  
Elane Luis Rocha – Doutora em Educação e Professora no Instituto Luz da Rocha, em Uberlândia  
Leonice Matilde Richter – Doutora em Educação e Professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia  
Lucia de Fatima Valente – Doutora em Educação e Professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia  
Luiz Caetano Salles – Doutor em Educação e Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia  
Maria Célia Borges – Doutora em Educação e professora Associada da Universidade Federal de Uberlândia  
Maria Vieira Silva – Doutora em Educação e professora Titular aposentada da Universidade Federal de Uberlândia  
Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa – Doutora em Educação e Professora Ajudta da Universidade Federal do Tocantins  
Raquel Aparecida Souza – Doutora em Educação e professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia  
Valéria Peres Asnis – Doutora em Educação Especial e professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia  
Vilma Aparecida de Souza – Doutora em Educação e Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia

*Conselho Editorial Educação Nacional*

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP  
Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP  
Prof. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp  
Prof. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp  
Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc  
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar  
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp  
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR  
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC  
Prof. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp  
Prof. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas  
Prof. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp (*in memorian*)  
Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS  
Prof. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS  
Prof. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI  
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp  
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR  
Prof. Dra. Vera Jacob – UFPA

*Conselho Editorial Educação Internacional*

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário  
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada  
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro  
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Prof. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada  
Prof. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho  
Prof. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján  
Prof. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata  
Prof. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Raquel Aparecida Souza  
Leonice Matilde Richter  
Vilma Aparecida Souza  
(organizadoras)

**O ESTADO  
E AS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS  
NO TEMPO  
PRESENTE**

ESTADO NEOLIBERAL  
E RETROCESSOS  
DEMOCRÁTICOS

**VOLUME 1**

MERCADO®  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

O Estado e as políticas educacionais no tempo presente [livro eletrônico] : estado neoliberal e retrocessos democráticos : volume 1 / Raquel Aparecida Souza, Leonice Matilde Richter, Vilma Aparecida Souza, (organizadoras). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2022.

ePub

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-639-1

1. Educação e Estado 2. Educação – Brasil 3. Políticas educacionais 4. Neoliberalismo – Brasil I. Souza, Raquel Aparecida. II. Richter, Leonice Matilde. III. Souza, Vilma Aparecida.

22-121759

CDD-379

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação e Estado 379

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide  
*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras  
*revisão final:* dos autores  
*bibliotecária:* Eliete Marques da Silva – CRB-8/9380

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

**2 0 2 2**

FORMATO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução ou armazenamento parcial ou total ou transmissão de qualquer meio eletrônico ou qualquer meio existente sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO . . . . .	9
<i>Marcia Ângela da S. Aguiar</i>	
APRESENTAÇÃO . . . . .	11
Eixo 1 – ESTADO, DIREITO À EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
PROPOSIÇÕES DO BANCO MUNDIAL SOBRE OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA EDUCAÇÃO. . . . .	31
<i>Amanda Melchioti Gonçalves, Dhyovana Guerra, Rachel Galeno de Souza Oliveira Salton Pietroni</i>	
NOTAS INICIAIS SOBRE A MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ. . . . .	49
<i>Karla Fassio Franzin, Marcelo Bordin</i>	
ORGANISMOS INTERNACIONAIS, ENSINO NÃO PRESENCIAL E TECNOLOGIAS DIGITAIS. . . . .	65
<i>Raquel Aparecida Souza</i>	

O “PROJETO SOMAR” E A SUBTRAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE EM MINAS GERAIS: A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO . . . . .	91
---	----

*Lucia de Fatima Valente,  
José Gaspar Rosa,  
Maria Simone Ferraz Pereira*

DESAFIOS DA POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: PERCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO . . . . .	111
---	-----

*Andréia Mello Lacé,  
Livia Silva de Souza,  
Daniela Gomes do Nascimento*

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL: DO SIMULACRO NEOLIBERAL CONSERVACIONISTA À FORMAÇÃO HUMANA POSSÍVEL. . . . .	139
---	-----

*Geovana Ferreira Melo,  
Antônio Gomes de Vasconcelos*

POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO ENSINO PÚBLICO MINEIRO: AVANÇO OU RETROCESSO?. . . . .	159
--	-----

*Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos Ravagnani,  
Fernanda de Moura Almeida*

## Eixo 2 – POLÍTICAS DE CURRÍCULO, AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

DCN’S PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS: ENFRENTAMENTOS NECESSÁRIOS . . . . .	179
--	-----

*Marina Ferreira de Souza Antunes*

REFERÊNCIAS SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR . . . . .	201
--	-----

*Ana Karolína Sousa Silva,  
Valdeney Lima da Costa,  
Cosme Leonardo Almeida Maciel*

O RESULTADO DO IDEB E SUAS RELAÇÕES COM O NÍVEL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES: A EXPERIÊNCIA DE POÇÕES – BA . . . . .	223
<i>Maria Juliana Chaves de Sousa, José Conceição Silva Araujo</i>	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA: PROMOÇÃO DA QUALIDADE OU NATURALIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS?. . . . .	243
<i>Leonice Matilde Richter, Vilma Aparecida de Souza</i>	
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: O QUE AVALIA O SAEB?. . . . .	271
<i>Mariana Teixeira dos Santos, Danielle Xabregas Pamplona Nogueira, Renata Manuely de Lima Rego</i>	
SOBRE AS ORGANIZADORAS E OS(AS) AUTORES(AS) . . . . .	287





## PREFÁCIO

O esforço acadêmico dos intelectuais é plenamente recompensado quando suas reflexões teóricas, achados de pesquisas e novas pistas de investigações são consubstanciadas e confluem para publicações de livre acesso aos pesquisadores, estudantes e ao público em geral, sobretudo como respostas ao investimento da sociedade dirigido às universidades.

Nessa perspectiva, surge, em boa hora, a Coletânea *O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente – Estado neoliberal e retrocessos democráticos*, organizada pelas pesquisadoras Raquel Aparecida Souza, Leonice Matilde Richter e Vilma Aparecida Souza. Seu título já sugere o que aguarda o leitor/a: uma visão crítica, instigante e bem fundamentada de aspectos e dimensões das políticas educacionais, em uma conjuntura marcada por graves problemas de ordem sanitária e política no Brasil.

De fato, verifica-se a vivência trágica da calamidade pública advinda da transmissão do coronavírus durante a pandemia da COVID19, e suas variantes, que desde 2019 acarretam sofrimento, morte e aflição à humanidade, sobretudo aos segmentos populacionais mais vulneráveis do planeta. Além desse grande problema, presencia-se, no Brasil, após impedimento da presidenta eleita Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional, em 2016, sem que houvesse comprovação de crime de responsabilidade fiscal, a

condução errática da gestão do governo federal no enfrentamento da crise sanitária, na negação da ciência, nos sucessivos ataques à cultura e à educação emancipadora, no desmonte das políticas públicas em todos os setores.

Considerando a complexidade dessas questões, as organizadoras da presente Coletânea agregaram artigos produzidos por pesquisadores interessados na temática em torno de dois Eixos interligados: *Estado, Direito à Educação e Políticas Educacionais*; e *Políticas de Currículo, Avaliação e qualidade da Educação de modo geral*. Uma rica contribuição coletiva, para entender e enfrentar desafios postos na realidade educacional brasileira, foi o resultado dessas escolhas.

A reflexão em torno do Eixo 1 leva os autores/as a adentrarem no debate sobre a natureza do Estado como âncora para a análise que empreendem sobre as ações públicas imbricadas com iniciativas do setor privado no contexto da globalização. No Eixo 2 são abordadas problemáticas que adentram no cerne da escola e da educação pública. As políticas de currículo e de avaliação que incidem em concepções de qualidade da educação, com implicações para o processo formativo de gerações de estudantes, constituem o objeto do debate.

A globalização tem trazido novos desafios para o Estado nacional, como pode ser visto em vários textos da presente coletânea. Um desses desafios é explorado por Raquel Aparecida Souza no texto *Organismos Internacionais, ensino não presencial e tecnologias digitais*, que delineia uma problemática instigante no tocante às relações dos Organismos Internacionais e interesses relacionados à educação, ressaltando questões relevantes sobre o ensino não presencial e a utilização de tecnologias digitais, a partir de parcerias com empresas privadas, no contexto da Pandemia da Covid-19 que alastrou-se pelo planeta. Nesse cenário de calamidade pública, que acentuou os problemas das desigualdades socioeconômicas e educacionais, os sistemas de ensino reagiram de diversas formas, inclusive buscando apoio nas tecnologias digitais. Contudo, o texto

mostra que várias instituições educacionais, a despeito da opção feita pelas aulas não presenciais auxiliadas por tecnologias digitais, não dispunham de uma expertise neste campo, tampouco estavam afeitas às formas contratuais para o uso das plataformas digitais. A autora indica, com base em uma revisão da literatura sobre o tema, a necessidade de estudos e pesquisas que abordem questões cruciais para o entendimento de aspectos atinentes à privacidade, à vigilância e à segurança de dados pessoais dos usuários, tendo em vista que as tecnologias não são neutras, mas portadoras de valores e de intencionalidades. Portanto, ao serem incorporadas ao *metier* pedagógico, que o sejam mediante escolhas conscientes e democráticas dos sujeitos que interagem nesse espaço.

A ação de importante ator global, o Banco Mundial, na tentativa de influenciar a construção de políticas educacionais no Brasil, inclusive no período da pandemia, é analisada no texto *Proposições do Banco Mundial sobre os efeitos da pandemia de covid-19 na educação*, por Amanda Melchiotti Gonçalves, Dhyovana Guerra e Rachel Galeno de Souza O. S. Pietroni. As autoras destacam que, por fazer parte do grupo de países tomadores de empréstimos, o Brasil também foi alvo de prognósticos do Banco Mundial em um contexto pós-pandemia, com relação aos impactos no setor de educação, fator considerado um dos pilares para a economia e para a materialização de políticas neoliberais. O texto ressalta que o Banco Mundial, mesmo antes do período pandêmico de Covid-19, já apontava orientações para as políticas públicas com centralidade no desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e técnicas necessárias à uma real capacitação para o emprego. O texto ressalta que as últimas orientações (2020; 2021) para a educação indicam a mesma direção para as políticas educacionais, inclusive com o discurso do direito à educação como uma das justificativas para a formação de capital humano.

Nesse contexto, impõe-se considerar a questão da educação como direito garantido pelos dispositivos constitucionais e leis complementares que, como destacam Geovana Ferreira Melo

e Antônio Gomes de Vasconcelos no texto *A educação como direito fundamental: do simulacro neoliberal conservacionista à formação humana possível*, requerem políticas públicas para a sua materialização no sistema educacional, exigindo responsabilidades compartilhadas entre os entes federativos: União, Estado, Distrito Federal e Municípios. E, como seguir essa trilha em meio à onda neoliberal e conservadora que predomina no país? O texto pressupõe que a educação é um campo em disputa e que é tensionado, de um lado por influências de organismos multilaterais, em especial do BIRD/Banco Mundial, e de outro, pelo debate de segmentos presentes nesse processo. Aponta as investidas contra a educação e a formação docente que desvirtuam a responsabilidade do Estado na construção de políticas de formação inicial e continuada de professores, em uma perspectiva crítico-emancipadora, articulada às condições materiais de trabalho. Os autores defendem a efetivação de direitos fundamentais como condição para a construção de uma sociedade inclusiva e equânime, com justiça social, pondo em realce que a resistência às políticas neoliberais no campo educacional se efetivará por meio da reconstrução de políticas educacionais emancipatórias e por práticas pedagógicas dialógicas que contribuam para a construção de valores compatíveis com a dignidade humana.

A perspectiva neoliberal que orienta as políticas governamentais no cenário educacional brasileiro nos últimos tempos aparece, com clareza, no estado de Minas Gerais, conforme análises efetivadas por Eduardo Danilo R. dos Santos Ravagnani e Fernanda de Moura Almeida no texto *Políticas Neoliberais no Ensino Público Mineiro: avanço ou retrocesso?* A orientação neoliberal aparece nas políticas propostas no Plano de Governo do Partido Novo do então candidato Romeu Zema, que se expressam em seu governo na intervenção do mercado na rede estadual de ensino e nos programas educacionais que contemplam as parcerias público-privadas. Os autores mostram a conotação expressa na proposta de governo de que aquilo que é público é ineficiente, e de

que o ensino ofertado por escolas públicas é de baixa qualidade, em contraposição com a rede particular. Portanto, nesse viés, a solução proposta para elevar a qualidade do ensino estaria exclusivamente nas mãos do mercado, na gradativa entrega das instituições escolares ao capital e às práticas empresariais. Esse movimento não seria apenas no plano econômico, mas também no plano ideológico que objetiva a conversão do direito à educação em serviço gerador de lucros para a esfera privada. Contrapor-se a essa visão constitui um imperativo para aqueles que defendem a formação do indivíduo como agente de sua própria história, capaz de perceber sua realidade objetiva no sentido da transformação, como sinalizam os autores.

Essa questão do direito à educação também é abordada por Lucia de Fatima Valente, José Gaspar Rosa e Maria Simone F. Pereira, que a analisaram no texto *O “PROJETO SOMAR” e a subtração do direito à educação da juventude em Minas Gerais: a privatização da educação pública no estado*. Os autores apresentam os pressupostos e concepções de um projeto implementado no contexto de privatização da educação pública no estado de Minas Gerais, PROJETO SOMAR, que subtrai o direito à educação da juventude, consignados no art. 205 da Constituição Federal de 1988. O estudo mostra os limites desse Projeto devido ao predomínio de uma visão distorcida da função social da educação e pelo alinhamento com os propósitos da reforma empresarial da educação identificada com a privatização e com o livre mercado educacional.

Com o avanço das pautas conservadoras e reacionárias no país, a partir de 2016, as políticas públicas que em governos anteriores avançavam no cumprimento dos dispositivos constitucionais, a despeito de alguns percalços, são atropeladas pelo autoritarismo, o patriarcalismo e o clientelismo que alguns supunham ser residuais no país, mas que, na primeira oportunidade, emergem com a aparência de serem inevitáveis. São substituídas por iniciativas que pretendem influenciar os rumos das políticas educacionais, como é o caso emblemático da militarização na educação, que emerge como o ideário pretendido para grande parcela da juventude.

Com efeito, outra medida de política que se apresenta na contramão dos esforços para assegurar a expansão com qualidade da educação pública, definida no PNE 2014-2024, é problematizada no texto *Notas iniciais sobre a militarização da educação pública no Paraná*, de Karla Fassio Franzin e Marcelo Bordin. A expansão das escolas públicas militarizadas, promovida pelo governo Jair Bolsonaro, reflete o avanço das pautas conservadoras na sociedade brasileira. De fato, a ameaça aos direitos sociais, o cerceamento da liberdade de expressão, a censura nos âmbitos da cultura e da educação têm encontrado terreno fértil na atual conjuntura política. Nessa direção, os autores analisam os processos de militarização da escola pública estadual no Paraná, com destaque para o projeto educativo em curso nessas escolas, tendo os militares como protagonistas. O texto constitui um alerta sobre o risco desse crescente processo de militarização adquirir capilaridade nos sistemas de ensino, com o ideário da disciplina hierárquica e obediência inerentes à caserna, na contramão da formação de cidadãos e cidadãs críticos e comprometidos com a democracia e com o Estado de Direito.

As análises efetivadas por Marina Ferreira de Sousa Antunes, no texto intitulado *DCNs para a formação de professores/as: enfrentamentos necessários*, mostram as imbricações da legislação educacional com as políticas dos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, ao evidenciarem as vinculações de diretrizes curriculares nacionais de formação de professores/as às perspectivas do neoliberalismo no que concerne às concepções de formação humana reduzida à visão restrita de mercado. Nessa perspectiva, pode-se considerar que quando o Conselho Nacional de Educação, em dezembro de 2019, promulgou as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BCN-Formação)*, abriu espaço para a efetivação de currículos que restringem as possibilidades de uma formação abrangente, crítica e emancipatória nos cursos

de Pedagogia e Licenciaturas. A autora mostra que os avanços propiciados à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica pela Resolução CNE nº 2/2015, de 1º de julho de 2015, são ignorados pelo CNE na Resolução nº 2/2019, de 20 de dezembro de 2019, o que requer das instituições uma postura crítica em defesa da formação docente de caráter emancipatório.

Essa perspectiva também pode ser percebida no texto *Referências sobre a educação integral na Base Nacional Comum Curricular*, de autoria de Ana Karolina Sousa Silva, Valdeney Lima da Costa e Cosme Leonardo Almeida Maciel. Ele discute as referências sobre o termo educação integral, expressas no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Portanto, insere-se no debate mais amplo sobre as concepções de educação integral, e/ou tempo integral, que estão em disputa e que fundamentam a ação pública neste campo. Os autores fazem uma incursão na literatura sobre a temática Educação Integral, e (em) Tempo Integral, e mostram a profusão conceitual com relação ao termo educação integral, bem como a polissemia de entendimentos atinentes ao termo tempo escolar dos estudantes. A pesquisa bibliográfica efetivada pelos autores lhes permitiu adentrar na análise da *Base Nacional Comum Curricular* e evidenciar que, no documento da BNCC, a ênfase é dada à expressão formação integral em detrimento da educação integral e que o Tempo Integral não se vincula necessariamente à Educação Integral, em uma sinalização que esta independe da jornada escolar. Este estudo mostra que a luta por uma Educação Integral e de qualidade social que incorpore a ampliação do tempo escolar, seja no ambiente escolar, ou em outros espaços sob sua responsabilidade, ao lado de outras políticas, persiste como uma das agendas prioritárias no cenário da Educação Básica.

Participando desse debate, Andréia Mello Lacé, Lívia Silva de Souza e Daniela Gomes do Nascimento trazem à cena aspectos da problemática da escolarização na socioeducação, com o texto *Desafios da política de escolarização na socioeducação no Distrito Federal em tempos de pandemia: percepções dos profissionais*

*da educação*. Considerando que a política de socioeducação no Brasil configura-se como uma política pública prioritária, dada à concentração do encarceramento de jovens no país, as autoras buscaram identificar, a partir das percepções dos profissionais ligados ao processo de educação nas Unidades de Internação, os desafios dessa política no Distrito Federal no contexto da pandemia de Covid-19. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se efetivar espaços de inclusão digital nas Unidades de Internação (UIs) para que os adolescentes e jovens possam desempenhar atividades pedagógicas e formativas para além da escola emparedada, e aliadas ao conjunto das atividades educativas desenvolvidas nas UIs. Para as autoras, os maiores desafios estão imbricados com a histórica desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira que nega um conjunto de direitos à população empobrecida, preta e parda. Superá-los requer políticas e ações que, condizentes com os preceitos constitucionais, rompam com esse círculo da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Nesse contexto de reformas neoliberais, são também redirecionadas as políticas de avaliação do sistema educacional, influenciadas pelos organismos multilaterais, como visto em textos desta coletânea. Aprofunda-se, na conjuntura em foco, o emprego das avaliações externas que passam a ter maior centralidade, em especial na educação básica, como mostram Leonice Matilde Richter e Vilma Aparecida de Souza no texto *Políticas públicas de avaliação externa: promoção da qualidade ou naturalização das diferenças?* Essas avaliações revelam o seu caráter ideológico explicitado na perspectiva neoliberal que privilegia o mérito, oculta as desigualdades sociais e encontra fórmulas, inclusive, de justificá-las mediante instrumentos aparentemente neutros como é o caso dos indicadores consubstanciados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. As políticas públicas ancoradas nessa visão interpenetram os sistemas educacionais e podem ser vistas nas iniciativas de padronização e ranqueamentos entre os estados e municípios que são responsabilizados pelos resultados da



aprendizagem dos estudantes na lógica do *accountability* vinculada às avaliações externas. Como decorrência dessa lógica, os autores mostram que os municípios e escolas são submetidos a um processo de performatividade pelo qual o cumprimento de metas e o alcance de índices constituem os balizadores da gestão educacional e passam a ser “refém da lógica de julgamento, mensuração e comparação”.

A justificativa usual para o emprego das avaliações externas diz respeito ao argumento da qualidade da educação, da qualidade da formação, como se a qualidade fosse um termo neutro a ser empregado em qualquer contexto. Mariana Teixeira dos Santos, Danielle Xabregas P. Nogueira e Renata Manuely de Lima Rego, com o texto *Participação social e qualidade na educação: o que avalia o SAEB?*, vão direto ao cerne da questão. Problematizam os elementos que constituem o indicador de participação social e sua relevância para a efetivação de uma educação de qualidade e democrática. Mostram os limites do SAEB quanto à avaliação da participação social, ao reforçar uma concepção hierárquica de gestão distanciada do princípio da gestão democrática. E, o mais relevante: afirmam que a avaliação nesse modelo constitui um óbice à materialização da gestão democrática nas instâncias educacionais, o que contraria dispositivos constitucionais e o Plano Nacional de Educação. A análise feita fornece subsídios relevantes para a construção de um indicador de participação social que ultrapasse os limites apontados.

Essa discussão está presente com outro foco no texto *O resultado do Ideb e suas relações com o nível socioeconômico dos estudantes: a experiência de Poções-BA*, de Maria Juliana Chaves de Sousa e José Conceição Silva Araújo, que discute os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) relacionados aos indicadores socioeconômicos no desempenho escolar em duas escolas municipais. O Ideb é central para avaliação externa e, como reconhecem as autoras, alçou o protagonismo na mensuração da educação brasileira como índice de qualidade. Assim, cumpre uma das suas finalidades no contexto da política de

avaliação externa de alinhamento com os referenciais de qualidade definidos no âmbito dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Contudo, o interesse com relação aos resultados do Ideb ofusca outros aspectos que incidem no contexto escolar como as questões sociais, culturais, políticas, administrativas e pedagógicas. Como destacam as autoras, a publicização do índice das escolas no formato de *ranking* determina o emblema do sucesso ou do fracasso aos sistemas de ensino. Os resultados obtidos no estudo reforçam a necessidade de serem considerados fatores inerentes ao perfil socioeconômico e cultural dos estudantes, no que tange à avaliação externa, pois, desse modo, poderão ser enfrentados os desafios postos para reduzir a exclusão e favorecer a redução das desigualdades educacionais.

Por fim, os textos desta rica Coletânea contribuem com o debate social sobre questões candentes do sistema educacional no país e, certamente, suscitarão novas indagações sobre as políticas governamentais, as políticas curriculares, as concepções de avaliação, os processos avaliativos, o direito à educação com qualidade social e o questionamento maior que remete às lutas pela gestão democrática em todas as instâncias educacionais e pela superação das desigualdades socioeconômicas e educacionais no Brasil.

Recife, 22 de maio de 2022

*Márcia Angela da S. Aguiar*

Professora Titular do Centro de Educação  
da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

## APRESENTAÇÃO

O livro que ora apresentamos resulta da sistematização das reflexões de importantes pesquisadores que participaram do “X Simpósio Internacional - O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente”. O evento bianual, organizado pela linha de pesquisa “Estado, Políticas e Gestão da Educação” do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na sua décima edição realizada no ano de 2021, proporcionou um profícuo espaço de aprofundamento para o debate sobre as políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal, provocando indagações, críticas e contribuindo com proposições para o movimento de resistência aos diversos ataques sobre os direitos sociais no tempo presente.

O livro foi organizado em forma de uma Coletânea com dois Volumes e está sendo disponibilizado nas versões de e-book, com acesso aberto e gratuito, bem como na forma de livro impresso, ambos publicados pela editora Mercado de Letras. A Coletânea é composta por capítulos que versam sobre a análise das políticas educacionais, do Estado neoliberal e dos ataques à democracia. Assumindo uma posição crítica, os(as) autores(as) apontam para a necessária resistência e luta em defesa de uma educação socialmente comprometida com um mundo mais justo.

As relações entre o Estado neoliberal e as políticas educacionais é tema de discussão ao longo da história educacional no Brasil e no mundo. Considerando a ascensão de governos extremistas e as ofensivas contra a democracia e a escola pública, essas discussões têm sido cada vez mais importantes para o entendimento do tempo presente.

Somado a esses elementos também se destaca a situação da Pandemia da Covid-19, vivenciada em todo o mundo, sobretudo entre os anos de 2019 a 2021, em que as instituições educacionais foram obrigadas a paralisarem suas atividades presenciais e ofertarem um formato de ensino que ficou conhecido por “ensino não presencial”, ou “ensino remoto”, em grande parte auxiliado por tecnologias da informação e comunicação. Por sua vez, estudos apontam que, no caso do Brasil, “a doença global Covid-19 se territorializa [...], em pleno processo de desmonte dos direitos sociais, de precarização da educação pública gratuita” (Silva e Lima 2020, p. 291) ou, como aponta estudo de Souza (2021): “A pandemia de COVID-19 consubstancia o entrelaçamento das contradições estruturais do capital, seja na esfera social em geral, seja na esfera estatal, fazendo-as transbordar violentamente” (p. 202).

Laval (2022), em entrevista à Revista de Educação e Políticas da Educação (REPOD), lembra que no seu livro “A Nova Razão do Mundo” de 2009, escrito há mais de uma década, já apontava que o “neoliberalismo não apenas triunfa por toda a parte, mas está também profundamente enraizado no corpo social e nas subjetividades contemporâneas” (Laval 2022, p. 525). Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que para enfrentarmos esse modelo de capital, devemos, além de denunciá-lo, conhecer a sua lógica interna e “considerá-lo como uma ‘normatividade’ que não possui fronteiras nem limites” (p. 525). E ainda destaca, entre outras questões que “Toda a sociedade, e até mesmo todo o ser humano, está submetida às políticas e técnicas neoliberais de *management*” (p. 525).

Para pensar sobre o “novo neoliberalismo”, expressão utilizada por Laval em determinados momentos para classificar

as políticas e estilos autoritários de governos de extrema direita, a REPOD buscou conhecer a visão do autor sobre essa expressão na perspectiva da “racionalidade política e da lógica normativa que rege as relações de poder no tempo presente”. Para o autor, a expressão não era tão satisfatória, mas se fazia necessária a título provisório, a qual designava essa mescla de características “populistas, fascistas, nacionalistas e racistas com aspectos tradicionalmente mais neoliberais” (Laval 2022, p. 525). Assim, o autor analisa que essa expressão trata de uma das duas ramificações ou figuras possíveis do neoliberalismo:

Na verdade, não se trata de um novo neoliberalismo”, mas de uma das duas ramificações ou figuras possíveis do neoliberalismo. [...] Nosso postulado é o seguinte: não se deve falar de um “novo neoliberalismo”, mas compor “uma outra história do neoliberalismo” que leve em consideração sua dimensão estratégica e sua violência intrínsecas. O neoliberalismo, desde o seu surgimento, designa seus inimigos e pensa em um meio de combatê-los. Os inimigos são todos aqueles que questionam a ordem de mercado, considerada a “obra-prima” da “civilização ocidental”. O grande meio de impor uma sociedade de mercado é o Estado forte, estando neste incluso, caso necessário, o recurso à ditadura. [...] Contudo, não são somente governos de extrema direita que assumem uma postura de violência cada vez mais aberta. Na França, o governo de “extremo centro” de Macron faz, também, uso da violência de Estado contra aqueles que se opõem à sua política e procura criminalizar a esquerda intelectual e política, acusando-a de cumplicidade com o terrorismo islamista. (Laval 2022, p. 526)

É notável que o Estado neoliberal vem passando por profundas transformações, pois acompanha as mudanças que ocorrem nas formas de produção no âmbito mundial, bem como nas situações de consequências de guerras, de crises e imposição

de novas formas de organização social e global, o que tem gerado muitas discussões sobre o seu real papel e influência nas políticas públicas, bem como a forma como buscam combater seus inimigos.

No momento atual, vivenciado por meio do poderio econômico das grandes nações e interesses privados, associado, ainda, ao aproveitamento das consequências de uma Pandemia mundial, vemos que o poder, a configuração e o *modus operandi* tanto de governos de extrema direita quanto de governos do “centro” e de “extremo centro”, vêm provocando o recrudescimento dos ataques aos direitos sociais e das injustiças, intensificando as desigualdades em escala mundial.

Nesse sentido, os capítulos que compõem os dois Volumes da Coletânea contribuem com essa discussão, inserindo-a no contexto mais amplo das concepções de Estado neoliberal. A Coletânea foi dividida em dois volumes e organizada em Eixos temáticos. O Primeiro Volume foi organizado em dois Eixos a partir de doze capítulos. O Eixo I reúne sete capítulos, os quais discutem questões relacionadas ao Estado, Direito à Educação e Políticas Educacionais, e o Eixo II reúne cinco capítulos que abordam as Políticas de Currículo, Avaliação e qualidade da Educação de modo geral.

O Segundo Volume da Coletânea, também com doze artigos, foi organizado em três Eixos temáticos, sendo que o Eixo I é composto por quatro capítulos que discutem as Políticas e Práticas de Educação Básica. O Eixo II reúne cinco capítulos que refletem sobre o Trabalho Docente e Valorização dos profissionais da Educação e o Eixo III foi organizado a partir de três capítulos que tratam de Financiamento, Privatização, Relações Federativas e Planos Educacionais.

Nesse Primeiro Volume que ora apresentamos, no Eixo I “Estado, Direito à Educação e Políticas Educacionais”, o capítulo intitulado “Proposições do Banco Mundial sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 na Educação”, de Amanda Melchiotti Gonçalves, Dhyovana Guerra e Rachel Galeno de Souza O. S. Pietroni, reflete acerca das proposições do Banco Mundial sobre

os efeitos da pandemia de Covid-19 na educação, pautando-se na pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica. Os documentos utilizados foram “Covid-19 no Brasil: Impactos e respostas de políticas públicas”, do Banco Mundial (2020) e “*Investing in human capital for a resilient recovery: The Role of Public Finance*”, do Banco Mundial (2021). As análises apontam que o discurso democrático do direito à educação na pandemia torna-se mais um elemento de justificativas para reformas e para o projeto de educação voltada à formação de capital humano como responsável pelo aumento da produtividade e redução ou mitigação da pobreza.

Karla Fassio Franzin e Marcelo Bordin no texto “Notas iniciais sobre a militarização da Educação Pública no Paraná” estudam as políticas de criação e expansão das escolas públicas militarizadas no país no contexto do avanço neoconservador e neoliberal na sociedade brasileira. Como objetivos específicos, buscam mapear e analisar os processos de militarização da escola pública estadual no Paraná, avaliando a política de militarização das escolas cívico-militares proposta pelo governo de Jair Bolsonaro às redes estaduais.

O capítulo sobre os “Organismos internacionais, ensino não presencial e tecnologias digitais”, de Raquel Aparecida Souza, resulta de pesquisa que tem perspectiva qualitativa associada à revisão bibliográfica com recorte teórico buscando um diálogo para compreender as relações dos Organismos Internacionais e os interesses com a educação, bem como sobre o ensino não presencial e a utilização de tecnologias digitais, a partir de parcerias com empresas privadas, no contexto da Pandemia da Covid-19. O estudo aponta que embora muitas instituições educacionais tenham optado por oferecer aulas não presenciais auxiliadas por tecnologias digitais, muitas delas, além de não estarem preparadas para tal desafio, também não conheciam as formas de contratos estabelecidos para usar plataformas digitais, o que chama a atenção para estudos que discutem as questões relacionadas à privacidade, à vigilância e à segurança de dados pessoais dos usuários.

Outro importante capítulo que compõe esse Volume é “O ‘Projeto Somar’ e a subtração do direito à Educação da juventude em Minas Gerais: a privatização da Educação Pública no Estado’. Os(as) autores(as) Lucia de Fatima Valente, José Gaspar Rosa e Maria Simone F. Pereira analisam os fundamentos do Projeto Somar e percebem que vários pressupostos neoliberais os embasam. Destacam evidências de que o direito à educação da juventude está ameaçado, uma vez que este se distancia sobremaneira da finalidade da educação explicitada no art. 205 da Constituição Federal de 1988. O Projeto desconsidera a função social da educação, reduz sua finalidade à empregabilidade, perspectiva das propostas educacionais vinculadas à reforma empresarial da educação, que tem como princípios a retirada desta do âmbito do “direito social” e sua inserção como “serviço”, constituindo-se em um vetor em direção à privatização e ao livre mercado educacional.

No capítulo “Desafios da política de escolarização na socioeducação no Distrito Federal em tempos de pandemia: percepções dos profissionais da Educação”, Andréia Mello Lacé, Lívia Silva de Souza e Daniela Gomes do Nascimento buscaram identificar os desafios da política de escolarização na Socioeducação no Distrito Federal no contexto da pandemia de Covid-19, a partir das percepções dos profissionais ligados ao processo de educação nas Unidades de Internação Socioeducativas. Respalhando-se em análises de fontes primárias e secundárias, e com base nos resultados de um questionário aplicado de forma *online*, os resultados que emergiram da pesquisa expõem a necessidade de se efetivar espaços de inclusão digital nas Unidades de Internação (UIs) para que os adolescentes e jovens possam desempenhar atividades pedagógicas e formativas para além da escola emparedada e que estejam aliadas ao conjunto das atividades educativas que são desenvolvidas nas UIs.

Geovana Ferreira Melo e Antônio Gomes de Vasconcelos no texto intitulado “A Educação como direito fundamental: do simulacro neoliberal conservacionista à formação humana possível” problematizam o contexto das políticas educacionais que



vêm sendo delineadas e implementadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, alicerçadas no ideário neoliberal, com o consequente e imediato propósito de promover a mercantilização da educação em favor de grupos econômicos privados que atuam no campo da educação. Os autores buscam, por meio de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e análise histórico-crítica, demonstrar que tais políticas afrontam o conteúdo e os objetivos do direito fundamental à educação, garantidos pela Constituição da República a todo cidadão.

No capítulo “Políticas neoliberais no ensino público mineiro: avanço ou retrocesso?”, Eduardo Danilo R. dos Santos Ravagnani e Fernanda de Moura Almeida buscam compreender a influência das políticas neoliberais na educação mineira, a partir da análise de programas implementados e do modelo de gestão do Partido Novo. Assim, com base nas propostas do Plano de Governo de Romeu Zema, realizaram leitura crítica e discussão à luz das políticas neoliberais presentes, tanto nas propostas do atual governo para a educação de Minas Gerais quanto nos programas implementados desde o início do mandato de Romeu Zema.

O Eixo II “Políticas de Currículo, Avaliação e qualidade da Educação de modo geral” está composto pelo capítulo intitulado “DCNs para a formação de professores/as: enfrentamentos necessários”, da autora Marina Ferreira de Souza Antunes que apresenta uma análise sobre as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica que instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”, a partir de uma consulta documental ao referido ordenamento legal e de uma revisão bibliográfica sobre o tema da formação de professores/as no Brasil no contexto da Contrarreforma do Estado, destacando, em especial, as críticas que têm sido feitas a essa diretriz.

O Capítulo “Referências sobre a Educação Integral na Base Nacional Comum Curricular” dos autores Ana Karolina Sousa Silva, Valdeney Lima da Costa e Cosme Leonardo Almeida Maciel

teve como objetivo discutir as referências sobre o termo educação integral expressas no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo a compreender os diferentes conceitos sobre educação integral e/ou tempo integral em disputa, bem como investigar políticas, programas e/ou projetos de ampliação da jornada escolar na perspectiva do tempo integral. A pesquisa evidencia que o documento da BNCC enfatiza mais a expressão formação integral do que educação integral, sendo essa colocada como compromisso no texto. O documento não destaca o Tempo Integral como algo necessário para que a Educação Integral aconteça.

Outro capítulo que compõe esse Eixo é “O resultado do IDEB e suas relações com o nível socioeconômico dos estudantes: a experiência de Poções-BA” de Maria Juliana Chaves de Sousa e José Conceição Silva Araújo, que analisam a relação entre os resultados no Ideb e os indicadores socioeconômicos no desempenho escolar em duas escolas municipais de Poções-BA. Os autores buscam relacionar esses resultados com o Índice de Nível Socioeconômico (Inse) das referidas escolas, obtidos nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep), considerando o impacto do perfil socioeconômico dos estudantes na avaliação. O percurso metodológico baseia-se no estudo de casos múltiplos e na análise teórica sustentada. Os resultados confirmam a necessidade de fatores inerentes ao perfil socioeconômico dos estudantes ser considerados na referida avaliação externa, a fim de auxiliar na busca de ações que garantam a aprendizagem e diminuam as desigualdades educacionais.

No capítulo “Políticas Públicas de avaliação externa: promoção da qualidade ou naturalização das diferenças?”, as autoras Leonice Matilde Richter e Vilma Aparecida de Souza analisam as políticas públicas de avaliação externa e os desdobramentos dos ranqueamentos na gestão educacional dos estados e dos municípios. Para isso, assumem como campo de investigação as políticas públicas emanadas pelo Estado, assim como a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Metodologicamente

foram realizados estudos teórico-conceituais referentes ao tema em tela e estudos de natureza quantitativa envolvendo as médias do Ideb dos estados brasileiros e, em específico, de dois municípios do estado de Minas Gerais, no período de 2005 a 2019. As autoras evidenciam, dentre os desdobramentos da lógica do *accountability* presentes nas políticas de avaliação externa, um processo de responsabilização dos municípios como parte das redes de políticas que trazem em seu cerne a ideologia neoliberal em defesa do mérito, como forma de ocultação das desigualdades sociais, por meio do uso de indicadores como o Ideb.

Por fim, outra importante discussão nesse Volume é de Mariana Teixeira dos Santos, Danielle Xabregas P. Nogueira e Renata Manuely de Lima Rego no capítulo “Participação social e qualidade na Educação: o que avalia o SAEB?”. As autoras buscam elaborar um indicador de participação social, definindo o seu conceito e elementos constitutivos, destacando sua relevância para a constituição de uma educação de qualidade e mais democrática, contribuindo com a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. O estudo foi realizado por meio de uma revisão da literatura e do acesso a questionários contextuais aplicados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 2019, buscando verificar a concepção, o nível e grau de participação evidenciada nas perguntas, direcionadas aos(às) estudantes, professores(as), diretores(as), secretário(a) municipal e secretário(a) estadual. Concluíram que o Saeb avalia a participação social de forma parcial, quanto aos níveis e graus, fortalecendo uma concepção hierárquica de gestão e não convergente com o princípio da gestão democrática. A avaliação acaba por reforçar uma tendência de gestão fortemente desenvolvida nas instâncias educacionais e que se apresenta como um desafio para a implementação de uma gestão democrática no sistema nacional, conforme prevê a Constituição Federal e o Plano Nacional de Educação.

Convidamos você, caro leitor e cara leitora, à leitura, debate e problematização das análises tecidas ao longo do livro e que

nesse processo possamos contribuir com a crítica das políticas educacionais no contexto do Estado neoliberal, de forma a fomentar a compreensão e resistência aos retrocessos democráticos em curso no tempo presente.

*Raquel Aparecida Souza*  
*Leonice Matilde Richter*  
*Vilma Aparecida Souza*

### *Referências*

- LAVAL, C. Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação. [Entrevista cedida a] Maria Vieira da Silva. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 522-529, maio/ago. 2022 DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-65383>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/65383>. Acesso em: 25/04/2022.
- SILVA, P. J. da e LIMA, A. B. “O oportunismo neoliberal na pandemia de 2020: a nova morfologia da educação e a superexploração do trabalho docente.” *Movimento – Revista de Educação*, vol. 7, nº 15, Niterói, pp. 286-312, set/dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42973>. Acesso em: 20/04/2022.
- SOUZA, D. de O. “O Estado neoliberal face à Covid-19: o financiamento de políticas sociais.” *Temporalis*, ano 21, nº 41, Brasília, pp. 190-204, jan/jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34716>. Acesso em: 20/04/2022.